

*João Batista Teófilo Silva*

Mestrando em História Social pela Pontifícia  
Universidade Católica de São Paulo – (PUC-SP).  
Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico – CNPq.

### Resumo

---

Este artigo busca problematizar a cidade enquanto espaço no qual grupos intervêm em sua dinâmica, a partir de um processo metafórico de escrita e, conseqüentemente, de leitura, com ênfase à construção social dos monumentos. Busca-se trazer para a discussão o processo de forças políticas e construções de memórias específicas que há por trás dos monumentos presentes na cidade, bem como, as memórias que foram negligenciadas para dar lugar aos “vencedores” em detrimento dos “vencidos”.

**Palavras-chave:** Cidade – monumento – memória

### Abstract

---

This paper seeks to understand the city as a space in which groups can interfere in its dynamics, from a metaphorical writing process as well as reading process, with emphasis on the social construction of monuments. We seek to bring up to the discussion the political forces process and the building process of specific memories that are behind the city's monuments, as well as the memories that were neglected to make way for "winners" at the "loser's" cost.

**Keywords:** City – monumento – memory

---

A cidade traz consigo toda a complexidade inerente ao seu processo histórico de construção<sup>1</sup>, conferindo-lhe, para além desta complexidade, significados diversos, alguns deles conflituosos, que não nos permite, por assim dizer, pensar e ler<sup>2</sup> a cidade a partir de uma perspectiva homogênea, estática. Esta cidade, para além do concreto e asfalto, é um organismo vivo, pulsante, mas que se permite ler e escrever, pois tais aspectos se apresentam intrinsecamente ligados ao ato de se relacionar com o espaço citadino.

Procurarei, nas linhas que se seguem, tecer considerações sobre a cidade como espaço que se lê e se escreve, com ênfase à questão dos monumentos<sup>3</sup>. Tal iniciativa, vale lembrar, parte das reflexões feitas com o auxílio das leituras de urbanistas, arquitetos e historiadores, ao longo da disciplina “Cultura e Cidade”, realizada no curso de mestrado em História Social, do Programa de Estudos Pós-Graduados em História, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). As problemáticas apresentadas aqui, porém, não pretendem resumir ou esgotar as questões que envolvem a construção social dos monumentos.

A problemática de se ler e se escrever a cidade é parte importante do seu processo de construção, permeado por grupos sociais que intervêm na dinâmica que a constrói. A cidade o é, indiscutivelmente, múltipla. Sob a cidade tangível e perceptível a olho nu, descortinam-se outras análogas e invisíveis, traçadas por vestígios do passado, de memórias e impressões que refletem as experiências citadinas.

Neste sentido, pode-se afirmar que as experiências de escrita e leitura são múltiplas, complexas, pois, tal como um palimpsesto, a cidade está em um permanente processo de escrever/apagar; uma paisagem urbana que se realiza, acumula, superpõe e troca significados no espaço e no tempo:

Esta definição primeira do palimpsesto nos fornece uma chave para os olhos do historiador, quando se volta para o passado. Há uma escrita que se oculta sobre outra, mas que deixa traços; há um tempo que se escoou mas que deixou vestígios que podem ser recuperados. Há uma superposição de camadas de experiência de vida que incitam ao trabalho de um desfolhamento, de uma espécie de arqueologia do olhar, para a obtenção daquilo que se encontra oculto, mas que deixou pegadas, talvez imperceptíveis, que é preciso descobrir.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> Para Maria Stella M. Brescianni, “(...) um lugar saturado de significações acumuladas através do tempo, uma produção social sempre referida a alguma de suas formas de inserção topográfica ou particularidades arquitetônicas”. BRESCIANNI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Editora Contexto, 2003, p. 237.

<sup>2</sup> Para Michel de Certeau, a cidade é o “(...) mais desmesurado dos textos humanos”. IN: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994, p. 170.

<sup>3</sup> Elegendo o *monumento* como aspecto principal que norteia a presente comunicação, fazemos uso das discussões teórico-metodológicas propostas por Jacques Le Goff em *Documento/Monumento*. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. 5ª ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003, pp. 525-541.

<sup>4</sup> PESAVENTO, Sandra Jatthy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In: **Revista Esboços**, v. 11, nº11, UFSC, 2004, p. 26.

Tal escrita, composta por espaços, práticas, lugares de memória, etc., nos permite, por meio de um olhar aguçado, ler o seu texto, ler esta cidade-documento:

A paisagem urbana vai-se impondo como um documento a ser lido, como um texto a ser decifrado. Cabe ao investigador entender esse emaranhado de tempos-espaços e memórias, recuperar as camadas e as relações entre elas, decifrar seus enigmas, numa arqueologia social.<sup>5</sup>

Como dito, este processo de escrita e leitura não se faz sem conflitos, pois aquilo que se escreve e/ou aquilo se apaga se dá num campo de luta política, em que visões diferentes sobre os usos e sentidos da cidade se confrontam. Tal percepção pode ser mais simples se pensarmos, por exemplo, nas ações do poder público ou privado, ao interferir no espaço cidadão. Tal interferência, muitas vezes, encontra resistência da sociedade civil organizada, moradores de um determinado bairro, comunidade, etc., pelo direito ao uso da escrita nesse espaço que é a cidade. Muitos, inclusive, são apagados de determinados espaços, considerando que esta dinâmica do escreve/ler não se faz sem o processo de apagar, do esquecimento, prevalecendo determinadas escritas em detrimento de outras.

Tal problemática é complexa, pois estamos lidando com um universo plural, permeado por classes divergentes, e olhares e formas de escrita diferentes. Se há conflito, disputa, devemos supor, portanto, que nesse processo de luta, marcas foram apagadas e outras preservadas, determinando, assim, o que a sociedade presente e futura deverá lembrar como resquícios de um passado. Neste campo de luta política, a escolha de memórias, do que lembrar, não se faz com neutralidade, sem intencionalidade. A pergunta que fica, portanto, é o que se escreveu, o que se apagou e por quê?

Diante de tais questões, impossível não recorrer ao filósofo e sociólogo alemão Walter Benjamin, que nos alerta:

Nunca houve um documento de cultura que não fosse simultaneamente um documento de barbárie. E, assim como o próprio bem cultural não é isento de barbárie, tampouco o é o processo de transmissão em que foi passado adiante.<sup>6</sup>

Esta passagem de Benjamin é elucidativa deste processo no qual conflitos se fazem presentes; no qual duas escritas distintas, quando conflituosas, não podem ocupar o mesmo espaço; quando nos chamados lugares de memória, a primeira vista naturalizados pelo transeunte que com ele cruza quase que cotidianamente, há um processo, muitas vezes, de barbárie. Há marcas que foram apagadas, constituindo, assim, um espaço de memória, mas memória esta seletiva.

A partir disso, devemos pensar, pois, em quem escreve esta cidade, quem a lê e que palavras se sobressaem. Trocando em miúdos: que memórias e tradições se querem preservar, entendendo que neste processo sujeitos e memórias ficarão de fora, uma vez que se elege um “passado significativo”. Para Raymond Willians, neste processo “(...) certos significados e práticas

<sup>5</sup> MATOS, Maria Izilda S. **A cidade em debate**. São Paulo: Editora Olho D'água, 1999, p. 10.

<sup>6</sup> BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 8ª ed. revista. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 245.

são escolhidos para ênfase e certos outros significados são postos de lado, ou negligenciados. (...) é uma versão do passado que se deve ligar ao presente e ratificá-lo”.<sup>7</sup>

Não é difícil perceber, ao caminhar pela cidade, que por todos os lados, na fachada de prédios, sobre pedestais, museus e praças, se encontram vestígios de passados, memórias preservadas, que são postas em contato direto com o transeunte, por mais que esse, na correria do dia a dia, não atente para os significados destes pedaços de memória engessada.

Tais referenciais de memória ajudam a construir significados para a cidade; um passado glorioso, lutas, heróis, lugares e feitos inesquecíveis. E por serem importantes, merecem ser preservados, escritos em pedra, constituindo, pois, a leitura de um tempo pretérito, que servirão de referências para situar e dar sentido àquele que habita a urbe e com ela se relaciona. Afinal, toda cidade tem uma história, e os museus e monumentos cumprem sua função social e didática de eternizá-la, torná-la conhecida.

Isto nos leva, pois, a pensar que os monumentos, bens culturais e patrimônios que estão aí postos, não foram feitos com neutralidade. Isto não significa, vale ressaltar, que não devemos preservar estes diversos elementos escritos no espaço urbano e que constituem a cidade, mas a importância de, ao os ler, nos questionarmos sobre o que eles significam, representam, ou seja, o que pretendem preservar. Pensar e entender como se dá sua construção social. Por trás dessa escrita no espaço urbano, seja através da preservação de monumentos, construção e usos de espaços, há aqueles que escrevem, aqueles que impedem e os que são impedidos de escrever.

As possibilidades de leitura e escrita do espaço urbano, aqui propostas, claro, de maneira metafórica, vão além da possibilidade de se problematizar os monumentos presentes na cidade. Outras formas de leitura e escrita me parecem possíveis, seja pelos usos que a sociedade faz de um determinado espaço e os sentidos que lhe confere a partir dessa experiência, seja pela ação do poder público ou do mercado imobiliário, pondo abaixo espaços – e pondo abaixo, concomitantemente, tudo o que este representa – modificando a estrutura de determinado espaço urbano<sup>8</sup>, visando atrair investimentos e favorecendo a especulação imobiliária; seja, como último exemplo, na ação “higienizadora”, que oferece às famílias aglomeradas em favelas ou em bairros periféricos, de construções consideradas irregulares, um modelo de moradia, dentro dos padrões civilizados, em substituição ao conglomerado de casas autoconstruídas<sup>9</sup>, fora dos padrões estéticos convencionais e do modelo de cidade que esses grupos dominantes buscam impor.

---

<sup>7</sup> WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 119.

<sup>8</sup> Pedro Fiori Arantes nos traz, em *As formas da renda*, uma discussão interessante a respeito da construção de determinados espaços como forma de atrair renda, a exemplo da construção do museu Guggenheim, em Bilbao. Um negócio altamente rentável, com potencial de revitalização urbana e promoção da imagem da cidade. In: ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura na era digital: desenho, canteiro e renda da forma**. São Paulo: Editora 34, 2012, pp. 21-122.

<sup>9</sup> Esta questão do processo de autoconstrução de moradias faz parte do estudo que a antropóloga Teresa Pires do Rio Caldeira fez sobre a cidade de São Paulo. In: CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Trad. Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Editora 34, 2010.

Diante da impossibilidade de tratar de algo tão complexo, que exigiria um estudo mais detalhado, por questões práticas nosso foco será a questão do monumento e suas possibilidades de escrita e conseqüentemente de leitura. Faremos uso, pois, das discussões propostas por Le Goff, nas quais documento é monumento, uma vez que o que transforma o documento em monumento é sua utilização pelo poder. É preciso, pois, fazer a crítica ao documento enquanto monumento, pois estamos diante de um constructo social, produzido segundo as relações de forças que detinha o poder, e não de algo que fica, naturalmente, por conta do passado<sup>10</sup>.

Ainda segundo Le Goff, desde a Antiguidade romana, o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos: seja em uma obra comemorativa, como um arco do triunfo, pórtico, etc., seja enquanto monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa<sup>11</sup>.

No processo de escrita do espaço urbano, podemos destacar a importância do monumento como instrumento de leitura histórica, a partir do que é concreto e material, fixado no espaço da cidade como forma de fazer lembrar um acontecimento histórico que, conseqüentemente, faz parte da história e do processo de construção da própria cidade, enquanto valores, identidade e elo de ligação entre o sujeito e o espaço que habita. Cumpre sua função ainda de fazer lembrar aqueles que, através de feitos históricos, merecem ser lembrados e reverenciados como mitos fundadores, construtores e benfeitores da urbe, como forma de se pagar tributo.

A escrita da cidade envolve tanto o material, o físico, como os usos e significados que se atribui ao espaço construído. Da mesma forma que o espaço material, o físico, é continuamente posto abaixo ou refeito, os usos, sentidos e significados existentes na cidade também são reescritos, constituindo, assim, a ideia da cidade enquanto palimpsesto. Sabemos, contudo, que neste processo determinados escritos permanecem ou prevalecem, seja por força política, seja por questões outras presentes no complexo meio das práticas sociais.

Para se ler a cidade, é preciso situá-la historicamente; não existe um modelo ou estrutura estática e imutável da cidade. Ela é histórica, e precisamos levar em consideração as diversas experiências que atuam na dinâmica social de sua construção. Como ler a cidade de São Paulo, por exemplo, nos anos 1940? Como ler São Paulo dos anos 2000? Tais marcos temporais exemplificados devem considerar as diversas escritas, apagadas ou seus vestígios, que trouxeram novos significados à forma urbana, significados que, no século vindouro, não permanecerão inalterados, pois outras escritas se revelam possíveis.

Pensando, pois, os monumentos espalhados pela cidade enquanto marcos históricos, cabe a seguinte interrogação: a partir de qual perspectiva este marco histórico foi construído? Que questões envolvem sua produção? Por trás da estátua, do obelisco, dos objetos preservados nos

---

<sup>10</sup> LE GOFF, Jacques. Op. Cit. p 536.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 526.

museus e nomes de ruas e praças, há o esforço de determinadas sociedades históricas de impor ao futuro uma imagem idealizada de si próprias.

Pensando nisso é que se recorre mais uma vez a Walter Benjamin, alertando-nos que:

Todos que até agora venceram participam do cortejo triunfal que os dominadores de hoje conduzem por sobre os corpos dos que hoje estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo triunfal, como de praxe. Eles são chamados de bens culturais.<sup>12</sup>

Que despojos temos diante dos nossos olhos? Que despojos atravessam nosso caminho, cotidianamente? Milhares, por todos os lugares, são exemplificáveis. Há, contudo, exemplos que bem servem para ilustrar as questões aqui postas, pois retratam a forma como a historiografia oficial se reporta e representa aqueles que colonizaram o Brasil, ou, ainda, aqueles que foram eleitos como heróis e benfeitores da nação, os mártires que personificam acontecimentos históricos, por meio de uma simplificação e redução traduzidas em estátuas, obelisco, nomes de ruas, etc.

Fincado no Parque do Ibirapuera, em São Paulo, o Monumento às Bandeiras, obra de Victor Brecheret feita para celebrar o IV centenário da cidade, no ano de 1954, já faz parte, de modo geral, do imaginário brasileiro. Seja nos livros didáticos, cartões postais ou outros meios, é uma imagem recorrente para referir-se à história da cidade em seu processo histórico de construção.

O imaginário popular já se acostumou a ver o grandioso monumento, como um espaço em que o poder instituído pagou tributo aqueles que ajudaram, bravamente, a colonizar o Estado de São Paulo e o interior do Brasil, sendo responsáveis, portanto, pela nossa constituição histórica. Nele, os tupis mamelucos ostentam cruzeiros no pescoço e seguem portugueses gigantes montados a cavalo. Lá estão, simbolizados, escritos em pedra, cumprindo a função didática do monumento de mostrar para aqueles que se relacionam com a cidade, quem ajudou a construí-la. É um mito fundador que esconde vestígios e neutraliza um passado que, propositadamente, não se quer que seja conhecido.

O discurso acima busca sintetizar a essência da história oficial, contada a partir da perspectiva dos vencedores. O é, sem dúvida, uma leitura superficial, elitista; uma negação do processo histórico, com suas lutas e contradições. É um monumento que representa a abstração e “fetichização” da história; que nos ensina sobre quem são os vencedores, que traveste Raposo Tavares em herói e, mais ainda, atua no reconhecimento público do dominador e na naturalização de sua dominação, estabelecendo uma ligação afetiva entre o monumento e aquele que o lê, querendo se configurar como um patrimônio público, total, da nação. Mas essa não é a única leitura histórica possível.

Walter Benjamin já atentava para a importância de se escovar a história a contrapelo. É preciso, pois, na leitura que se faz do espaço citadino e de seus monumentos fundadores, seguir o alerta “benjaminiano”.

---

<sup>12</sup> BENJAMIN, Walter. Op. Cit. p. 244.

Escovando, portanto, o Monumento às Bandeiras a contrapelo, vê-se escorrer o sangue de populações inteiras, o extermínio de suas histórias, de suas culturas e valores; vê-se o terrorismo inerente ao processo civilizatório, ao ideal cristão-europeu que veio acompanhado da barbárie. Por trás dos heróis bandeirantes, há um sem número de vítimas ocultas no monumento; há um processo genocida constitutivo do tecido social, com heróis que não somente foram escritos no Monumento às Bandeiras, mas em praças, pontes, ruas e avenidas. Estão aí, sendo lidos cotidianamente e interiorizados como patrimônios culturais da cidade de São Paulo e do Brasil.

Aqueles que escreveram a cidade, eternizados em praça pública, são as referências para as gerações futuras. São eles que têm autoridade para escrever e contar o seu passado. Quiçá, ainda teimam em escrever o futuro, com ou sem derramamento de sangue.

Lembrando que a dialética escrever/apagar é permeada por conflitos e resistências, inevitável não lembrarmos das manifestações ocorridas em outubro de 2013, com intervenção simbólica no Movimento às Bandeiras, contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC), de nº215, que tira do Poder Executivo a definição sobre a delimitação de terras indígenas, passando tal atribuição ao Congresso Nacional<sup>13</sup>. Das muitas leituras possíveis, o argumento de agressão ao patrimônio público pareceu muito evidente diante das pichações que tingiram de vermelho o Monumento. A imprensa e os grandes meios de comunicação, de maneira geral, à época trataram o ato como vandalismo, como crime contra um patrimônio, escondendo, pois, mais uma vez, a condição de barbárie que tal monumento representa às populações nativas, dizimadas no violento processo colonizador, e, igualmente, a condição simbólica que tal ato envolvia, de reescrever ou propor a sociedade uma outra leitura do monumento, diferente da oficial, daquela a qual todos já estão habituados.

Fazendo uso das recomendações de Le Goff que propõe desmontar, demolir e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos<sup>14</sup>, uma outra leitura parece-nos possível: tal ato cumpriu o papel de resgatar o monumento novamente para o curso da história. E ao rerepresentá-lo ao processo histórico, podemos novamente enxergar nele as chagas da maldade que representa, vítimas da barbárie civilizatória. Leva-nos, ainda, a pensar onde estariam os bandeirantes e índios de hoje em dia? Que relações de conflito escrevem no espaço da cidade?

Com tal ato, o índio reivindicou-se o direito de reescrever o monumento, simbolismo colonizador, tingindo-o com o vermelho do sangue derramado, sangue este oculto na memória forjada pela história oficial, impedido de se ler a partir do monumento.

Há, entretanto, outras escritas presentes, para além dos grandes monumentos espalhados

---

<sup>13</sup> “Monumentos às Bandeiras é pichado 2 vezes em 24h”. In: Estadão. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,monumento-as-bandeiras-e-pichado-2-vezes-em-24h,1081350,0.htm>. Acesso em 01 de novembro de 2013.

<sup>14</sup> LE GOFF, Jacques. Op. Cit. p. 538.

pelos espaços das cidades. Encontra-se bem evidente atualmente a discussão de espaços públicos que levam nomes de militares do período ditatorial, sobretudo com a instauração da Comissão Nacional da Verdade, a partir da qual se acendeu o debate em torno do período de arbítrio que o Brasil viveu por 21 anos, e as milhares de vítimas que deixou pelo caminho.

Passados exatos 50 anos deste a instauração do golpe e 29 anos desde o fim da ditadura, há ainda hoje rastros de memória que evocam este período; rastros de escrita que sublevam personagens militares, eternizados em praças, obeliscos, logradouros e pontes. A dinâmica das forças políticas, contudo, em tempos distintos, propicia um rearranjo de memórias, no qual outras são postas à superfície, sobrepondo-se àquelas que, outrora, apoiada nas circunstâncias políticas que as favorecia, constituíram seus monumentos, escrevendo na urbe aqueles que deveriam ser eternizados.

Tem sido constante a realização de atos simbólicos de reparação à memória, alertando a sociedade sobre os espaços públicos que levam nomes dos antigos generais presidentes que comandaram a ditadura militar. Uma memória incômoda, imposta outrora, quando o país vivia sob o jugo de uma ditadura, mas que, ainda hoje, caminha, lado a lado, com a parca democracia ressurgida com o fim do arbítrio.

Caracteriza-se, pois, como uma ação para reescrever espaços da cidade, a busca por uma expressão política que evidencie que, por trás de um nome de um general presidente, há o peso do arbítrio, há memórias sufocadas, ocultadas da sociedade, um passado incômodo que não mais justifica sua permanência. Busca-se, pois, que outras leituras sejam possíveis.

Alertando a sociedade que por trás dos nomes de logradouros há a figura de um ditador que conspirou contra a democracia em meados dos anos 1960, grupos da sociedade civil e poder público buscam reescrever espaços da cidade, apagando os nomes daqueles que outrora conspiraram contra a democracia. Costa e Silva, Médici, Castello Branco, Milton Tavares de Souza e até mesmo o delegado Sérgio Paranhos Fleury, dentre outros, emprestam seus nomes a espaços públicos

Percebemos, portanto, que a construção social dos monumentos se dá dentro de um campo de luta política, a partir de uma memória, dentre tantas possíveis. O ato de escrever é arbitrário, pois negligencia sujeitos, subtrai conflitos e forja heróis. Consequentemente, nos oferece uma leitura nos mesmos moldes. É preciso, então, seguir os conselhos “benjaminianos” e escová-la a contrapelo para trazer à tona a barbárie que esconde.

### Referências bibliográficas

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura na era digital**: desenho, canteiro e renda da forma. São Paulo: Editora 34, 2012.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 8ª ed. revista. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRESCIANNI, Maria Stella M. As sete portas da cidade. **Espaço & Debates**. São Paulo, 34: 10-15, 1991.

\_\_\_\_\_. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Editora Contexto, 2003, p. 237.

\_\_\_\_\_. Interdisciplinaridade-transdisciplinaridade nos estudos urbanos. In: ENGEL, Magali Gouveia; ENGEL, Magali Gouveia; CORRÊA, Maria Letícia; SANTOS, Ricardo Augusto dos (Org.). *Os intelectuais e a cidade* (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012, pp. 11-50.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Trad. Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Editora 34, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC- IPHAN, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. 5ª ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In: **Revista Esboços**, v. 11, nº11, UFSC, 2004.

MATOS, Maria Izilda S. **A cidade em debate**. São Paulo: Editora Olho D'água, 1999.

MOURA, Irene Barbosa de. O monumento e a cidade. A obra de Brecheret na dinâmica urbana. In: **Revista Cordis**. História, Arte e Cidades, n. 6, jan./jun. pp. 77-93, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

### **Internet**

“Monumentos às Bandeiras é pichado 2 vezes em 24h”. In: Estadão. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,monumento-as-bandeiras-e-pichado-2-vezes-em-24h,1081350,0.htm>. Acesso em 01 de novembro de 2013